

A ALTERAÇÃO DO ESPAÇO E QUOTIDIANO CIDADINO: O OPERARIADO DO PORTO OITOCENTISTA

CÉLIA TABORDA SILVA
UNIVERSIDADE LUSÓFONA DO PORTO

A cidade do Porto oitocentista é um espaço de industrialização, modernização, crescimento populacional e urbano, mas é também um espaço de assimetrias económicas e sociais. A era industrial fez aumentar o número de burgueses ricos e criou uma nova classe, o operariado, acabando por gerar uma “cidade escondida” dominada pelos operários, que vivia no mesmo espaço citadino mas ao mesmo tempo era excluída dele, gerando situações de tensão e conflito que se exteriorizarão com grande acuidade nas últimas décadas do século XIX através de manifestações e greves.

Palavras-chave: cidade, Porto, operários, industrialização

The city of Porto in the nineteenth-century is an area of industrialization, modernization, population and urban growth, but it is also an area of economic and social disparities. The industrial age led to the increase of the number of rich bourgeois and created a new social class, the factory workers, eventually generating a “hidden city” dominated by the workers, who lived in the same city space but at the same time were excluded from this same space, generating situations of tension and conflict often exteriorized in the last decades of the nineteenth century through demonstrations and strikes.

Keywords: city, Porto, factory workers, industrialization

Introdução

A industrialização do século XIX veio trazer grandes alterações ao quotidiano da cidade do Porto, bem como veio modificar os seus espaços e a sua identidade. A cidade que se resumia praticamente às habitações dentro das muralhas começou a crescer para fora dos muros no final do século XVIII, mais precisamente a partir de 1760, devido à prosperidade comercial relacionada com o negócio do vinho do Douro. A expansão da urbe foi promovida pelos Almadás, governadores do Porto, que mandaram construir novas ruas a partir do velho núcleo urbano. A primeira a ser construída foi a Rua do Almada, seguindo-se-lhe Santa Catarina, a Rua dos Clérigos e Santo António (Teixeira 1994, 557). No início do século XIX, as invasões francesas e a Guerra Civil traduziram-se numa estagnação urbana, por essa razão, foi somente na segunda metade do século XIX que o Porto voltou a desenvolver-se, acompanhando o progresso verificado no país após a Regeneração. A estabilização política que se seguiu a 1851 permitiu que se dotasse Portugal de infra-estruturas como estradas e caminhos de ferro, à semelhança do que há muito vinha a ser feito na Europa. Ao mesmo tempo começaram a surgir as primeiras indústrias, no sentido mais atual do termo, pois mesmo por volta de 1881, altura em que o governo mandou fazer um inquérito industrial, eram poucas as indústrias com mais de 100 operários. Como consequência da industrialização deu-se um crescimento acelerado da população, muito maior do que o seu ritmo natural em virtude da deslocação da população rural para a cidade. O centro ficou sobrelotado e as classes médias deixaram as tradicionais freguesias da Sé, S. Nicolau, Vitória e Miragaia e foram alojar-se em novos bairros construídos nos arredores, como Sto Ildefonso, Massarelos e Cedofeita, passando a haver uma integração da periferia, zona fora das muralhas, na urbe.

No final do século XIX, a partir dos anos setenta, as migrações aumentaram ainda mais. Entre 1878 e 1890, em 12 anos, houve um acréscimo de 81.000 habitantes na cidade do Porto (Teixeira 1994, 558). É claro que a indústria não conseguia absorver toda a mão-de-obra vinda dos campos, e o sonho camponês de ter uma vida melhor na cidade depressa se tornou, para muita gente, um pesadelo. A emancipação económica e social que o campesinato podia almejar, longe de acontecer, veio acentuar a diferenciação social dos espaços citadinos. À medida que nos aproximamos do final do século XIX são mais notórios os bairros ricos dos burgueses e os bairros populares dos operários, as “ilhas”, criando duas dinâmicas completamente distintas dentro da cidade. Tudo distingue estas classes: a habitação, o vestuário, a educação, a forma de estar no espaço público. Estas assimetrias espaciais, económicas e sociais criaram tensões que desembocaram muitas vezes em manifestações e em greves, quando o operariado se tornou mais numeroso e mais consciente de si como uma nova classe social.

O espaço e quotidiano das classes operárias

Na segunda metade do século XIX aumentou o número de fábricas no Porto e é a partir daqui que se começa a poder falar de industrialização, quer na cidade quer no país. A indústria veio modificar o espaço urbano, as fábricas inicialmente concentradas na Ribeira, Massarelos ou Miragaia espalharam-se por todo o lado (Alves 2003, 2). As partes rurais e urbanas tocavam-se, pois durante bastante tempo havia ainda muitas quintas por urbanizar perto das áreas centrais. Como dizia um autor da época “a dois passos da civilização que reside desde o Carmo à Praça Nova, tem-se o prazer indizível de encontrar campos de milho, casas de alpendre, pródigas nascentes de água cantando em coro com as lavadeiras”¹. Em simultâneo com esta ruralidade as fábricas proliferavam a toda a força, de tal forma que as autoridades tiveram que condicionar o número de estabelecimentos fabris no centro da cidade. Pelo Decreto de 1855, limitou-se a construção de unidades fabris dentro da cidade, atendendo à perigosidade que representava para os habitantes (Rodrigues e Mendes 1999, 207). Nesta fase de transição, o Porto funcionava a dois ritmos e a duas identidades: o bucólico convivia lado a lado com a máquina, o fumo, o barulho e os cheiros. Mas as mudanças eram agora rápidas e acentuavam-se diariamente, começando a criar grandes clivagens económicas e sociais.

A migração de rurais para a cidade trouxe uma explosão demográfica, uma expansão territorial e uma segregação residencial e social. Cada vez eram mais visíveis as diferenças entre a burguesia industrial, muitos deles os novos endinheirados, que se passeavam nas alamedas e jardins, vestindo segundo a moda parisiense, exibindo as suas barrigas opulentas, e um novo grupo, que ainda não era unitário, já que era uma mistura de camponês/operário, que sobrevivia no mesmo espaço citadino à custa de muitas horas de trabalho, ganhando miseravelmente e até passando fome, mas que começava a enraizar-se na cidade, a constituir solidariedades comunitárias na fábrica e na “ilha”, formando a nova classe social.

O conceito de classe é um termo do século XIX e do período industrial. Todavia, como o processo de industrialização em Portugal ocorreu de forma lenta, ao longo desse século, impossibilitou a constituição de uma classe operária numerosa e coesa. Na realidade a palavra “classe” era usada até à industrialização para referenciar os colegas de ofício, os artesãos, artistas, ou artífices, aquele grupo de trabalhadores que tinha um percurso de aprendizagem numa arte que exigia certos conhecimentos e destreza, o que lhes conferia uma certa distinção social (Mónica 1986, 9). O operariado nasceu com a indústria, sendo os operários fabris indivíduos sem grande qualificação que executavam tarefas simples, oriundos das zonas rurais das periferias do Porto, que vinham todos os dias trabalhar à cidade mas que não permaneciam lá, no final da jornada voltavam para

1 Referência de Alberto de Oliveira em 1893. Citado por Pereira, Gaspar Martins. *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*. Porto: Afrontamento, 1995. Pág. 46.

o campo (Fonseca, 2ºvol, s/d 19), pelo menos até à segunda metade do século XIX. Esta situação não permitia uma consciência de classe, no sentido da união de todos os trabalhadores fabris, nem poderia, já que o objetivo primordial da maioria era a subsistência. Com o passar do tempo foram-se fixando na urbe, junto às unidades fabris, criando uma nova dinâmica espacial e social.

Com efeito, as condições de vida na cidade estavam longe das expectativas dos camponeses. A indústria na sua fase inicial precisava de muita mão-de-obra mas barata, uma vez que não é a grande fábrica mecanizada que caracteriza a indústria portuense, antes pequenas unidades fabris, sobretudo têxteis, pouco apetrechadas tecnologicamente, e que só resistiam graças à abundância de trabalhadores e dos baixos salários (Pereira 1996, 161). Somente na década de 70 apareceram fábricas de maiores dimensões; até então o grosso da produção era de laboração doméstica e artesanal. No Porto, as primeiras fábricas têxteis foram a Companhia Aliança (1852-53), a Companhia da Fábrica de Lanifícios de Lordelo (1854), a Companhia Ceres (1855), a Companhia da Fábrica de Crestuma (1857) e a Fiação Portuense (1863) (Rodrigues e Mendes 1999, 207), aparecendo depois outras fábricas, em meados de 1870, devido à baixa de preço do algodão. Nas fábricas, o trabalho era ainda mais duro do que no domicílio, pois havia horários a cumprir, multas, um ritmo intenso de trabalho e capatazes a vigiar. A independência a que estavam habituados os trabalhadores do campo era agora substituída pela submissão, pontualidade, regularidade e docilidade (Mónica 1979, 859). Não obstante as condições precárias em que trabalhavam, o maior medo destes operários era o despedimento, pela concorrência feroz que existia no mercado de trabalho. O desemprego significava a miséria. Era quase impossível permanecer na cidade sem trabalhar. Na aldeia havia sempre um pedaço de terra junto das casas onde os povos podiam fazer algum cultivo, além de poderem contar com a solidariedade familiar e da comunidade. Na cidade, era preciso vencer a solidão interior, conquistar um lugar na coletividade e sobreviver, o que implicava comprar tudo: alimentos, vestuário, habitação.

Os espaços industriais tinham poucas ou nenhuma condições, não raras vezes são descritos na imprensa da época como lugares infectos, sem higiene e sem proteção, pelo que as jornadas diárias em fábricas mal apetrechadas eram penosas. Os trabalhadores fabris não tinham quaisquer garantias de trabalho, não havia legislação laboral, nem sequer direito de Associação. Havia oficinas em que os operários começavam a laborar às quatro da manhã e só concluíam às oito ou nove da noite, dezasseis horas de “trabalho violento”, segundo o jornal *O Operário* (21/12/1879). Como recompensa, ao final do dia recebiam, em média, 420 réis que, segundo o mesmo jornal, não dava nem para uma alimentação pobre para uma família de quatro pessoas (20/06/1880). Mas a agravar a situação acontecia que os agregados familiares operários, por norma, eram bem mais numerosos, e além da comida ainda tinham que se vestir e pagar a renda da casa, daí que a miséria fosse a realidade deste povo. Para suprir as necessidades básicas, todos os membros da família

tinham que trabalhar, homem, mulher e filhos, resultando daí uma desestruturação dos valores familiares, morais, éticos, religiosos e educativos.

As mulheres geralmente iam para as têxteis, arruinando a classe dos tecelões, por receberem muito menos e, então, se fossem menores, o salário diário era irrisório, cerca de 40 réis, um valor ínfimo, que nem dava para comprar um quilo de broa (Mónica 1986, 193). A vida destas mulheres era extremamente penosa. Cuidavam da casa, dos maridos e dos filhos e trabalhavam à volta de 12 horas por dia. Algumas ainda tinham que andar quilómetros e descalças para chegar ao local de trabalho. Na fábrica dedicavam-se a um trabalho fatigante e monótono mas que não admitia enganos, já que ou lhes saía do bolso ou do corpo: se se enganavam descontavam-lhes no ordenado, se se distraíam podiam ficar sem os dedos. Eram doze horas no meio de um frio gélido de Inverno ou de um calor sufocante no Verão, mas sempre no meio da poeira. Os homens viam-nas como causa do desemprego masculino e desrespeitavam-nas e os capatazes eram intolerantes (Mónica 1986, 194). Inseridas num meio tão adverso desde a meninice tornavam-se rudes e algumas acabavam por enveredar pelo caminho da prostituição. Como referia o Inquérito Industrial de 1881 “desta vida, da promiscuidade, da aprendizagem do vício formam-se criaturas perdidas e brutas”, afirmando-se no mesmo Inquérito que as operárias eram consideradas zaragateiras e mães desnaturadas.

Os filhos dos operários eram criados ao abandono, sem moral nem educação. Em idade escolar iam trabalhar, começavam por volta dos 7 ou 8 anos, daí se continuar a fomentar a desqualificação operária. Os patrões tinham fundamentos para não aumentar os salários e os funcionários sem instrução não podiam exigir mais. As Associações operárias reclamavam constantemente por escolas e escolas profissionais para os filhos dos operários, e algumas Associações fundaram mesmo algumas escolas para alfabetizar os operários, mas a afluência era pouca. No Largo da Fontinha, nº50, existia o *Athe-neu Operário*, uma escola de instrução primária gratuita para os operários filiados na Associação de Trabalhadores, mas a quantidade de alunos devia ser tão diminuta que a sua existência tinha que ser publicitada no jornal (*O Operário*, 25/5/1879), precisamente porque o problema é que muito poucos estavam filiados nas associações operárias, como veremos adiante. Em notícias da época é recorrente aludirem para a falta de instrução das classes obreiras e para a impossibilidade de se instruírem pelo intenso horário laboral (*O Operário*, 21/12/1879).

Nesta luta pela sobrevivência o espaço operário restringia-se ao microcosmo fábrica/habitação, pois este grupo percebeu desde cedo que havia lugares que mesmo públicos eram de acesso reservado (Lopes 1999, 30). A maioria das alamedas e jardins foram apropriadas pela burguesia, bem como teatros e cafés, segregando estes habitantes para os espaços que os burgueses rejeitavam.

Assim sendo, depois de um dia árduo de labuta, fechados em oficinas insalubres, dirigiam-se para as suas precárias habitações, saíam de um espaço cerrado para outro

espaço reservado e quase oculto. A habitação era realmente um grande problema para o operariado, pois era diminuta a quantia de dinheiro que podiam despende, logo só podiam encontrar habitação de muito fraca qualidade. É nesta altura que surgem na cidade do Porto as “ilhas”, aglomerados residenciais populares, para fazer face à necessidade de alojamento barato dos operários. As “ilhas” eram a “cidade escondida” por detrás das fachadas aparentes, das ruas e das praças, como referia Ezequiel de Campos (1933, 46), eram os espaços da degradação moral e do perigo que ameaçava a sociedade burguesa, mas, por outro lado, eram o espaço de integração urbana das populações rurais e de socialização operária (Pereira 1996, 162).

As “ilhas” surgiram como investimento das classes médias baixas. Elementos da baixa burguesia como lojistas, pequenos comerciantes, artesãos, aperceberam-se que podiam colocar a render as suas parcas poupanças se construíssem casas económicas para as arrendar aos operários. Desta forma, nas traseiras das suas próprias habitações, na maioria dos casos, mandavam construir um conjunto de minúsculas casas contíguas de um único piso, configuradas em uma ou duas bandas, com uma única entrada que dava acesso a um longo corredor ao longo do qual se situavam as casas, que não tinham mais de dois metros de largura e a profundidade do terreno, que não ultrapassaria os 100 metros. Eram construções de muito baixa qualidade, sem ventilação, água, electricidade ou esgotos, que tinham ao fundo do quintal sanitários comuns a todos os habitantes da “ilha”, criando uma intimidade partilhada. A tipologia de “ilha” mais comum englobava umas 10 ou 12 casas construídas no quintal do próprio promotor, de pedra por fora e madeira por dentro, que não ultrapassavam as 3 divisões, cozinha, quarto e sala, onde se amontoava uma família inteira, entre 6 a 7 pessoas (Teixeira 1994, 568). Os lucros eram consideráveis para o senhorio, na ordem dos 30 a 40%, razão pela qual rapidamente amortizavam o investimento (Pereira 1996, 163).

A “ilha” era o recurso habitacional dos pobres. Lá viviam casais operários, mas também mães solteiras, viúvas e idosos. Consoante a zona de implantação também variavam as características dos seus habitantes. O núcleo central era constituído pelas freguesias de S. Nicolau, Victória, Sé e Miragaia. Estas freguesias do centro da cidade eram as preferidas da população migrante, levando à sua rápida sobrelotação. Na periferia, mas ainda central, ficavam Massarelos, Cedofeita, Stº Ildefonso e Bonfim, os seus habitantes eram oriundos do Minho e Douro. Com base nos vínculos familiares e de conterraneidade iam-se estabelecendo redes de relações sociais. Neste contexto, no Bonfim, fixavam-se mais pessoas provenientes de Lamego, Amarante e Paredes, enquanto em Cedofeita predominavam habitantes oriundos de Viana, Famalicão e Barcelos (Pinto 2009, 237). Estas duas freguesias tinham muita afluência de migrantes pelas indústrias lá existentes. Na primeira existiam duas grandes fábricas de fição, a “Companhia fição Portuense” e a “Companhia de Fiação e tecidos do Porto”, enquanto em Cedofeita existia a “Fábrica de

Asneiros”. Já no exterior da cidade ficavam as freguesias de Campanhã, Paranhos, Foz do Douro, Lordelo e Ramalde.

As “ilhas” ao mesmo tempo que promoviam estes liames de familiaridade e de acolhimento para com os seus semelhantes tornavam-se hostis com os de fora, com os estranhos, formando estes locais coletivos espaços fechados sobre si mesmos, gerando identidades próprias, baseadas nos hábitos e memórias partilhadas por cada comunidade. Aqui se forjou a zona de domínio e conforto dos operários dentro dum contexto social que lhes era adverso.

Estes locais depressa se tornaram antros de degradação física e moral. A fraca construção e a humidade do Porto depressa levaram à deterioração destas habitações. As poucas condições de higiene, má alimentação e promiscuidade levaram a que estes sítios fossem focos infecciosos e de mortalidade. Daí a chamada de atenção de higienistas como Ricardo Jorge para o perigo de epidemias que, de facto, viriam a acontecer. No ano de 1883 e 1885 houve um surto de cólera e em 1899 a peste bubónica (Pereira 1994, 398). A fome e a morte rondavam as “ilhas”, sobretudo as habitadas por operários da têxtil, uma vez que eram os mais “miseráveis” dentre o operariado. A mortalidade atingia sobremaneira as crianças e mulheres, alimentadas a pão e batatas, as primeiras não resistiam às doenças e desnutrição, as mulheres debilitadas pelo trabalho fabril e doméstico ainda tinham que suportar gravidezes seguidas o que desgastava o seu já fraco organismo. As que não morriam antes dos trinta chegavam a esta idade velhas e sem forças, havendo muitas que punham fim à sua vida de sofrimento com a ingestão de algum produto fatal (Mónica 1986, 195). Em termos morais esta exiguidade de espaço levava a uma intimidade “partilhada” e à promiscuidade.

A realidade diária deste operariado masculino e feminino era o trabalho. Uma vez que trabalhavam por turnos nem o Domingo era o dia oficial de descanso. Este “luxo” estava reservado para a burguesia que passava o seu Domingo a passear nos jardins da cidade, onde geralmente havia música, ou no Palácio de Cristal para os que podiam pagar os 50 réis de entrada (Pinto 2009, 232). Havia ainda aqueles que aproveitavam o dia para um passeio de comboio até a província do Minho ou Douro. Os pobres contentavam-se em passear nas ruas a admirar o que não podiam comprar. De vez em quando, havia um passeio até ao campo ou um bailarico.

Numa mesma cidade temos dois conceitos de espaço urbanístico completamente diferentes, o dos palacetes burgueses e o das “ilhas”, que correspondem a duas realidades sociais: burguesia e operariado, que se distanciam cada vez mais ao longo do século XIX, criando duas identidades que embora tenham nascido do mesmo fenómeno - a industrialização – depois se separam em tudo: dinheiro, costumes, hábitos culturais. De facto, a burguesia industrial era uma realidade nova numa cidade tradicionalmente ligada ao comércio. O mesmo acontecia com o assalariado industrial, daí que a maioria desses trabalhadores fossem indivíduos do campo, analfabetos, portanto, ainda pouco adaptados

à cidade o que os tornava socialmente pouco interventivos. Contudo, à medida que o progresso industrial avançava, entre a massa abúlica de operários, começaram a sobressair alguns pelo seu dinamismo a favor da luta operária, organizadores de comícios em que apelavam à união operária através da associação e que até um Parlamento operário formaram (O Operário 4/1/1880). De entre esses elementos destacou-se Ermelindo Martins, um simples serralheiro mas de grande ação no movimento associativo, e Rosa da Conceição, uma operária têxtil, que se salientava de imediato pela sua condição feminina, uma vez que poucas mulheres existiam nas associações, e depois pelo entusiasmo com que intervinha nas reuniões e discursava para os seus companheiros. Numa das reuniões de tecelões em que participou, usou da palavra para apelar a todos os operários e operárias para que se associassem, pois, dizia ela, se não o fizessem: “os burguezes espremer-nos hão como quem espreme bagaço” (Idem, 8-5-1887).

Não obstante, as massas humildes, incultas e pobres levariam bastante tempo a ganhar consciência de classe e a reagir contra a exploração das classes burguesas.

As Associações Operárias

As primeiras associações de trabalhadores eram associações de ofícios, que se juntaram com objectivos de carácter cultural e de apoio mútuo (Cabral 1988, 19), como assistência na doença e na morte, reminiscências das antigas confrarias de ofícios. De qualquer forma, legalmente não podia ser de outro modo, uma vez que as associações de ofício tinham sido proibidas em 1834 e só viriam a ser autorizadas em 1891. No entanto, o associativismo mutualista proliferou nas duas maiores cidades do país entre 1852-56. No Porto, destacavam-se as associações de tecelões, alfaiates, marceneiros, tintureiros, tipógrafos, cada uma defendendo o seu ofício, mas sem um centro unificador como acontecia em Lisboa. De facto, em 1853, formou-se na capital o Centro Promotor de Melhoramento das Classes Laboriosas, bem mais estruturado e com o objectivo de promover o associativismo de todo o operariado lisboeta. O associativismo mutualista iria conhecer um novo espírito nos anos 70, animado pela ideologia socialista que chegava da Europa. Em 1871, três espanhóis da Associação de Trabalhadores Internacional, Anselmo Lorenzo, Gonzalez Morago e Francisco Mora, estabeleceram contactos com elementos do Centro Promotor, como José Fontana e Antero de Quental, no sentido de integrar o operariado português no movimento operário internacional, dotando-o de uma nova organização e novas formas de ação (Mónica 1984, 36). Resultante desta aproximação à A.I.T, em 1872, surgiu a associação Fraternidade Operária, que se autonomizou do enquadramento burguês e ganhou novos estatutos marcados ideologicamente pelos socialistas (Cabral 1988, 20). A adesão de operários, de vários ofícios, foi enorme, tendo no mesmo ano a Fraternidade aberto uma filial no Porto. Contudo, o sucesso do seu primeiro ano de existência foi breve, em poucos meses passou de cerca de 3000 filiados para 300 (Cabral 1988, 46,47). O surto de greves

de 1873 mostrou que a dispersão continuava a pautar o movimento operário, havendo várias associações que competiam entre si, o que levou à fusão de duas delas. Da Associação Protectora do Trabalho Nacional e Fraternidade Operária nasceu a Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa (ATRP), já com carácter federalista e sindical (Mónica 1984, 45). Foi por esta altura (1875) que surgiu o partido socialista, apresentando-se como força política capaz de educar o operariado, fazendo-o entrar nos jogos eleitorais (Santos 1994, 330), numa época em que os dois partidos no poder, Regeneradores e Progressistas, representavam as forças do capital e da indústria, numa alternância de poder e oposição. Um ano mais tarde apareceram os republicanos organizados como partido e tentaram atrair o movimento operário para os seus ideais, aproveitando qualquer protesto dos operários para o fazer. No Porto, os operários congregavam-se mais à volta da Associação de Trabalhadores, tendo em 1880 formado um Parlamento operário. Havia várias Associações, mas sem cariz político que se reuniam com alguma frequência para chamar a atenção dos operários sobre problemas laborais. Um local muito concorrido era a sede da Laboriosa, associação dos tecelões do Porto, cuja casa situava-se na Rua Gonçalo Cristovão, e em cujo salão se fizeram muitas reuniões e manifestações operárias com a intenção de tornar os operários conscientes das suas condições de trabalho e da forma de as poderem melhorar, através da união associativa.

O direito de associação decretado em 1891 veio dar uma certa união ao movimento operário, embora o operariado não se associasse com facilidade, como se depreende dos jornais do Porto da época, mesmo com o enquadramento partidário socialista. Aliás, o partido socialista não conseguiu tirar o operariado do seu tradicional alheamento eleitoral, acabando mesmo por perder a influência que tinha no movimento operário para os anarquistas no início do século XX (Santos 1994, 316-317).

Em 1919, fundou-se a C.G.T (Confederação Geral do Trabalho), e o «sindicalismo de ofício» (Freire 1992, 131) existente até então, deu lugar a um sindicato único da indústria, constituído por militantes operários, que lutavam por um ideal de emancipação social.

A ocupação do espaço público: Manifestações e Greves

A clivagem sócio-espacial a que estavam votados os operários, a organização associativa e o surgimento dos partidos socialista e republicano vieram criar condições propícias a manifestações operárias. A partir da década de 70, do século XIX, novas indústrias se formaram com alguma relevância em termos de empregabilidade como a metalúrgica e a de tabacos, as relações capitalistas começavam a ser uma realidade na cidade do Porto, pelo que as ligações entre os detentores dos meios de produção e os que detinham somente a sua força de trabalho tornaram-se mais tensas. O aumento do número de operários foi levando a uma certa organização, como vimos, deixando o seu espaço tradicional e começando a mostrar o seu descontentamento em público.

O operariado ao sair do seu habitat natural começou a ser considerado perigoso para a classe burguesa e até para as autoridades. Veja-se o incidente que ocorreu em 1887. Em Abril desse ano, mais de vinte mil operários de várias atividades reuniram-se, pelas 10 horas da manhã, na Bouça do Monte das Antas, para protestar contra o monopólio dos tabacos. Dessa reunião saiu a decisão de formarem uma comissão de trabalhadores que, acompanhada de todo o grupo, fosse à presença do Governador Civil pedir para que fosse revogado o decreto de 27 de Janeiro, que proibia a abertura de novas fábricas de tabaco. Quando o cortejo descia o Monte das Antas apareceu o Comissário da Polícia que os mandou parar. A indignação tomou conta dos operários que só não atentaram contra a autoridade porque a comissão conseguiu conter os seus companheiros. O cortejo continuou o seu caminho mas quando chegou à capela da Boavista foi cercado pelo esquadrão de cavalaria da Guarda Municipal. Esta força militar puxou das espadas e arremessaram-se contra o povo que em sinal de paz cruzou os braços. Mesmo com o povo nesta atitude pacífica e ordeira os comandantes ainda mandaram os soldados disparar alguns tiros, ferindo com uma bala um popular. A partir daqui os operários dividiram-se pela cidade, gritando vivas à liberdade e abaixo o monopólio, tendo a guarda municipal reforçado a vigilância das ruas da cidade. Um grupo reuniu em frente da cadeia da Relação, onde uma grande força de cavalaria da Guarda Municipal os cercou. As mulheres, vendo a ferocidade dos guardas, ajoelharam-se em frente dos soldados, conseguindo assim impedir derramamento de sangue.

Pelas 15 horas, o Comandante da Guarda fez marchar um piquete sobre um numeroso grupo de populares que desciam pacificamente a rua do Bonjardim e sem delongas atacou o povo, sendo alguns operários gravemente feridos. Os confrontos foram de tal ordem que os estabelecimentos das ruas do Bonjardim, Sá da Bandeira e Passos Manuel fecharam às 15 horas e 30 minutos (O Protesto Operário 3/4/1887). Contudo, não são relatados mais incidentes.

O que assustou as elites e sociedade da época foi esta “invasão” das ruas da cidade pelas camadas populares, esta subversão da ordem burguesa por uma classe considerada “de moral depravada” e a quem se limitava o acesso a lugares públicos (Pereira 1994, 386). De repente, tornaram-se demasiado visíveis, daí a necessidade de repressão policial, mesmo para uma manifestação pacífica. E isto porque, nesta altura, os operários já começavam a ter uma identidade comum, a ter consciência do “nós”, e a demonstrar o seu mal-estar pela pobreza em que viviam, animados pelos ideais socialistas que eles iam conhecendo e comentando no seu espaço residencial. Contudo, a burguesia e as autoridades também sabiam da luta dos operários europeus e da sua divulgação em Portugal, redobrando a atenção a qualquer alteração à rotina quotidiana. Esta forma de manifestação com estas dimensões era uma novidade na cidade, na medida em que os problemas económicos estavam ausentes do espaço burguês, o que não quer dizer que nos séculos anteriores não tivessem existido protestos populares. Na realidade eles aconteceram no

Porto, na época moderna, por várias vezes, basta lembrar por exemplo os motins de 1757, contra a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (Silva 1990), e já no século XIX, em 1868, os populares amotinaram-se contra o imposto de consumo, dando origem à revolta conhecida como a “Janeirinha”, que acabou por fazer cair o Governo de Fusão, tal foi a sua repercussão por outras zonas do país, como o Douro (Silva 2010, 122-123). A imensa massa humana junta, a forma de organização, as reivindicações e o impacto social, até pela difusão da imprensa que agora existia, é que dava uma vivência e uma adesão da comunidade para com os manifestantes que até então não havia.

Na década de 70, trabalhadores de vários ofícios saíram da sua natural pacatez e reclamaram por melhores salários e redução da jornada de trabalho. Uma vaga de greves verificou-se na cidade, tendo atingido o auge em 1877, com a greve dos chapeleiros. Alguns fatores explicativos são aventados pelo jornal *O Protesto*: falta de trabalho verificada nesse período, não só no setor têxtil como em toda a indústria, aumento dos géneros alimentares e subida das rendas de casa (11/1876). A miséria em que se encontravam os operários trazia para as ruas da cidade bandos de desempregados à procura de qualquer labor, mesmo que fosse diferente da sua profissão. A crise de trabalho começou a tornar as ruas da cidade instáveis, com muita vagabundagem, causando insegurança às classes possidentes. A distinção de classes que há muito se vinha sentindo começou a adquirir um cariz de luta de classes e as greves foram a expressão disso mesmo, como o demonstra a greve que ocorreu na Real Fábrica Social. A contestação surgiu a propósito da introdução de máquinas e da reestruturação do serviço que daí em diante seria introduzida na Real Fábrica Social. A greve durou alguns dias e os patrões tiveram que fazer algumas concessões, como só admitirem aprendizes quando fosse estritamente necessário e pararem as máquinas se o excesso de produção pusesse em risco o emprego dos operários (*O Protesto*, 3-1877).

O confronto social foi a explosão de sentimentos de frustração e injustiça quotidianos calados durante muito tempo, a afirmação simbólica da mentalidade e valores dos operários e uma atitude de rebelião, pois mesmo sabendo que as greves eram proibidas pela lei, ousavam sair do seu espaço e invadir os lugares públicos para mostrar a sua revolta e reclamações. Exemplo dessa reivindicação organizada, característica dos movimentos sociais das sociedades contemporâneas, é o facto de, em Fevereiro de 1887, mais de dois mil operários se terem reunido no salão da Laboriosa. Nessa reunião foi proposto criar uma comissão que negociasse com os industriais o aumento dos salários e a unificação dos preços da mão-de-obra. Propuseram ainda que se fizesse uma representação ao Parlamento pedindo a criação de câmaras sindicais e a regulamentação do trabalho das mulheres e das crianças. O gérmen do associativismo reivindicativo começava a ganhar adeptos entre o proletariado, aliás, apelavam à Associação como o único «baluarte potente na luta contra a exploração capitalista» (*O Protesto Operário*, 6-2-1887).

Da base da comunidade em que viviam “fechados” começaram a protestar com

regularidade. Em Novembro, nova greve de chapeleiros na Fábrica Costa Braga, por causa do regulamento sobre as entradas e saídas das fábricas. Esta foi uma luta difícil de manter mas com a ajuda da classe de chapeleiros de Lisboa também saiu vitoriosa (O Protesto, 11-1877). A greve ultrapassou o espaço da fábrica e a dimensão do ofício, conseguindo agregar à sua causa outros assalariados da cidade e de outras cidades, de luta restrita tornou-se no símbolo de resistência da classe trabalhadora ao capitalismo.

Os patrões foram começando a aperceber-se da força reivindicativa dos seus operários, ao ponto de infiltrarem trabalhadores da sua confiança, os chamados amarelos, nas reuniões de trabalhadores

A crise de 1890 levou a novas greves. Em 1889, os chapeleiros do Porto fizeram uma greve geral, que contou com cerca de 1500 chapeleiros e com o apoio da classe nas cidades de Braga e Lisboa. Reclamavam aumento de salário. Tanto esta fábrica como a Real Fábrica Social tinham-se modernizado, com introdução de maquinaria a vapor para produzir chapéus mais baratos. E foram precisamente estes artesãos os primeiros a sentirem a ameaça da máquina e a organizarem-se para lutar pelos seus direitos.² Nesta greve conseguiram resistir durante cinco meses, ao fim dos quais viram satisfeitas as suas reivindicações (Mónica 1986, 46-47). Em 1893, novamente na Fábrica Costa Braga os operários entraram em greve por melhores salários, pelas 10h de trabalho e novo regulamento de aprendizagem (Mónica 1986, 48). Desta vez, os patrões não cederam e a situação arrastou-se e agudizou-se. Houve confrontos e prisões. Esta greve constituiu uma rutura nas relações de trabalho, onde as oposições de interesses entre as classes sociais esteve bem demarcada, acabando os tecelões por perder esta batalha e começando a perder a sua força reivindicativa (Mónica 1986, 49).

O lado visível da greve é a reivindicação, mas há nessa luta todo um lado de emoções, atitudes, preocupações e ideias coletivas que são expressas e que se relacionam com as injustiças sentidas no dia-a-dia. Por outro lado, as greves refletem toda uma atitude de rebeldia e resistência, sinónimo de um certo despertar de consciência enquanto classe. Toda a desigualdade vivenciada privadamente torna-se naqueles momentos de luta expressa em praça pública, projetando-se o conflito sobre outras esferas da sociedade, mormente o setor político.

Conclusão

A cidade da era industrial rompeu totalmente com o que restava do paradigma de Antigo Regime através da industrialização, do desenvolvimento, das vias de comunicação e do crescimento demográfico. O simbólico e o sagrado dos burgos medievais foi

2 E. P. Thompson, na sua obra *The Making of the English Working Class* (1968), defende que foi entre os artesãos, grupo particularmente afetado pelas novas tecnologias, que primeiro se formou a consciência e reivindicações de classe.

paulatinamente substituído pelos cheiros, ruídos e agitação que deram origem à cidade oitocentista do trabalho e do isolamento social e pessoal. As clivagens sociais foram delimitando o espaço citadino do Porto: de um lado, os bairros burgueses, baluartes da ética e dos bons costumes, do outro, as “ilhas”, zonas degradadas em termos de habitação e de moralidade, onde vivia o operariado. O capitalismo ao trazer os “melhoramentos materiais” veio igualmente acentuar as desigualdades entre os detentores dos meios de produção e os assalariados, mas trouxe igualmente a criação da identidade operária. Estes, ao tomarem consciência de si como classe despertaram para a recusa às desigualdades e ao estigma, surgindo a conflitualidade social que se consubstanciou em manifestações e greves, mostrando, assim, o lado invisível da sociedade. Aliás, o movimento operário tornou-se, como refere Touraine «um actor central da sociedade industrial» (1973) e um motor de mudança no seio dessa mesma sociedade.

O século XIX trouxe uma identidade nova ao Porto, que se forjou em todas as transformações económicas e sociais que ocorreram ao longo desse período, mas que ainda permanece viva no espírito dos portuenses, não sendo por acaso que se continua a associar a cidade ribeirinha ao trabalho.

Bibliografia Primária

O Operário, 1879-1880

O Protesto Operário, 1876 a 1887

Bibliografia Secundária

Alves, Jorge Fernandes. “O Porto oitocentista – A cidade e os espaços industriais”. Porto: FLUP, 2003. 217- 222.

Cabral, Manuel Villaverde. *Portugal na alvorada do século XX*. Lisboa: Presença, 1988.

Fonseca, Carlos. *História do Movimento Operário*. 2º vol. Lisboa: Pub.Europa-América, s/d.

Freire, João. *Anarquistas e Operários*. Porto: Afrontamento, 1992.

Lopes, João Teixeira “Do Porto romântico à cidade dos centros comerciais. Breve viagem pelo tempo”. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, série I, vol.9 (1999): 27-61.

Mónica, Maria Filomena. “Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1914)”. *Análise social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, vol.XV. 4º.60 (1979): 859-945.

- - -. *A formação da classe operária portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

- - -. *Artesãos e Operários*. Lisboa: Edições do Instituto de Ciências Sociais, 1986.

- . *O movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984.
- Pereira, Gaspar Martins. “Casa e família. As “ilhas” no Porto em finais do século XIX”. *População e Sociedade*. Porto: CEPFAM, 2 (1996): 159-182.
- . *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*. Porto: Afrontamento, 1995.
- Pereira, Gaspar Martins e Serén, Maria do Carmo. “O Porto Oitocentista”. *História do Porto*. Dir. de Luís A. de Oliveira Ramos. Porto: Porto Editora, 1994. 378-415.
- Pinto, Jorge Ricardo. *Cadernos Curso de Doutoramento em Geografia*. Porto: Flup, 2009.
- Rodrigues, Manuel Ferreira e José Amado Mendes. *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos nossos dias*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1999.
- Santos, Maciel Moraes. “O partido socialista nos seus primeiros anos – duas eleições perdidas”. *Revista da Faculdade de Letras. História*. II série, XI (1994): 287-332.
- Silva, Célia Taborda da. “Movimentos Sociais Oitocentistas”. *História do Douro e do Vinho do Porto*. Coord. de Gaspar Martins Pereira. Porto: Afrontamento, 2010. 88-139.
- Silva, Francisco Ribeiro. *Absolutismo esclarecido e intervenção popular: Os motins do Porto de 1757*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1990.
- Teixeira, Manuel C. “A habitação popular no século XIX – características morfológicas, a transmissão de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro”. *Análise Social*, XXIX . 27 (1994): 555-579.
- Thompson, E.. *The making of the English working class*. London: Penguin books, 1968.
- Touraine, Alain. *Production de la Société*. Paris: Seuil, 1973.